

Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa

Accounting Choices: reflections for research

Opciones de Contabilidad: reflexiones para la investigación

Denise Mendes da Silva

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo

Professora da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Campus Santa Mônica

CEP: 38.408-100 – Uberlândia/MG – Brasil

E-mail: denise.mendes@ufu.br

Telefone: + 55 (34) 3239-4176

Vinicius Aversari Martins

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo

Endereço: Avenida dos Bandeirantes, nº 3900, Monte Alegre

CEP: 14.040-905 – Ribeirão Preto/SP – Brasil

E-mail: vinicius@usp.br

Telefone: + 55 (16) 3315-3943

Sirlei Lemes

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

Professora da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Campus Santa Mônica

CEP: 38.408-100 – Uberlândia/MG – Brasil

E-mail: sirlemes@uol.com.br

Telefone: + 55 (34) 3239-4176

Artigo recebido em 01/09/2015. Revisado por pares em 22/06/2016. Reformulado em 29/07/2016. Recomendado para publicação em 02/08/2016 por Sandra Rolim Ensslin (Editora Científica). Publicado em 26/08/2016.

Resumo

Neste ensaio, é promovida uma discussão crítica a respeito das teorias e das principais obras que tratam do estudo das escolhas contábeis, com o objetivo de despertar provocações e reflexões para o desenvolvimento de pesquisas sobre esse tema. A literatura da área ofereceu contribuições ao longo dos anos, porém questões, como a existência de uma teoria consolidada das escolhas contábeis e os determinantes das múltiplas escolhas contábeis, ainda não estão claras. As principais contribuições deste estudo são: oferecer uma triangulação teórica com base em discussões fundamentadas sobre a Teoria Contratual da Firma, sobre as teorias econômicas que consubstanciam a chamada 'Teoria Positiva da Contabilidade' e sobre a Teoria Institucional; e propor reflexões para o estudo de múltiplos fatores determinantes e consequências econômicas das escolhas contábeis, empregando diferentes abordagens metodológicas. Acredita-se que as amarrações teóricas e hipotéticas (assim como suas limitações) derivadas da interação entre as teorias aqui criticadas possam despertar a necessidade de reestruturações das pesquisas em escolhas contábeis, tanto em termos teóricos quanto metodológicos.

Palavras-chave: Escolhas contábeis. Teoria institucional. Teoria contratual. Teoria positiva da contabilidade.

Abstract

In this essay is promoted a critical discussion of theories and major works dealing with the study of accounting choices, in order to arouse provocations and reflections for the development of research on this topic. The literature of the area offered contributions over the years, however, issues such as the existence of a consolidated theory of accounting choices and determinants of multiple accounting choices are not yet clear. The main contributions of this study are: to provide a theoretical triangulation from discussions based on the Contract Theory of the Firm on economic theories that underpin the so-called 'Positive Accounting Theory' and the Institutional Theory; and propose reflections to the study of multiple determinants and economic consequences of the accounting choices, using different methodological approaches. It is believed that the theoretical and hypothetical moorings (as well as its limitations) derived from the interaction between the theories here criticized can awaken the need for restructuring of the research on accounting choices, both in theoretical and methodological terms.

Keywords: Accounting choices. Institutional theory. Contract theory. Positive accounting theory.

Resumen

En este ensayo se promueve una discusión crítica de las teorías y de las principales obras que tratan el estudio de opciones de contabilidad, con el fin de generar provocaciones y reflexiones para el desarrollo de la investigación sobre este tema. La literatura de la zona ofrecieron contribuciones en los últimos años, sin embargo, cuestiones como la existencia de una teoría consolidada de opciones de contabilidad y determinantes de múltiples opciones de contabilidad aún no están claras. Las principales aportaciones de este estudio son: proporcionar una triangulación teórica de las discusiones sobre la base de la Teoría de los contratos de la empresa en las teorías económicas que sustentan la llamada 'Teoría positiva de la contabilidad' y la Teoría Institucional; y proponer reflexiones para el estudio de los múltiples factores determinantes y las consecuencias económicas de las opciones de contabilidad, utilizando diferentes enfoques metodológicos. Se cree que los amarres teóricas e hipotéticas (así como sus limitaciones) derivados de la interacción entre las teorías aquí criticadas puede despertar la necesidad de reestructuración de la investigación sobre las opciones de contabilidad, tanto en términos teóricos y metodológicos.

Palabras clave: Opciones de contabilidad. Teoría institucional. Teoría contractual. Teoría positiva de la contabilidad.

1 Introdução

As normas contábeis oferecem flexibilidade para que sejam realizadas escolhas contábeis nas empresas, de modo que se tenha uma representação fidedigna da situação econômico-financeira empresarial por meio das demonstrações contábeis. Essa flexibilidade é necessária, pois o ambiente de divulgação é dinâmico e varia de acordo com o desenvolvimento dos mercados e os sistemas legais, tributários e regulatórios, aspectos esses que inviabilizam ou impedem a existência de normas contábeis totalmente uniformes. Por outro lado, a flexibilidade possibilita que os gestores busquem outros objetivos com as demonstrações contábeis que não necessariamente coadunam com a representação fidedigna.

Essa tensão entre múltiplos objetivos das demonstrações contábeis está lastreada nas múltiplas escolhas contábeis que perfazem as demonstrações. Portanto, o entendimento amplo e profundo das motivações das escolhas contábeis somente é possível a partir de uma ampla e complexa base teórica que consiga (ou que pelo menos busque) explicar como inúmeros fatores influenciam e/ou limitam as escolhas contábeis. Tais fatores não se resumem somente aos econômicos, pois as escolhas contábeis são, em última instância, efetuadas por seres humanos que sofrem influências do ambiente empresarial, social, religioso, ético, moral, etc. Este ensaio teórico busca, entre outros objetivos destacados adiante, ampliar a base teórica para o entendimento das escolhas contábeis.

Durante décadas, as pesquisas sobre escolhas contábeis focaram, essencialmente, aspectos econômicos e contratuais, baseados em teorias econômicas, como a Teoria da Agência e a Teoria Contratual da Firma, que formam a base da chamada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’. Essas pesquisas buscaram explicações para a realização de escolhas contábeis com base em incentivos econômicos e contratuais, sejam estes para alcançar a eficiência das empresas ou para atender objetivos dos agentes envolvidos (HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1983; HOLTHAUSEN, 1990; WATTS, 1992; BOWEN; DUCHARME; SHORES, 1995; 1999; FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; BADERTSCHER; COLLINS; LYS, 2012). No entanto, esse arcabouço teórico não parece ser suficientemente amplo para oferecer explicações consistentes para as escolhas contábeis, visto que os estudos apresentam, muitas vezes, resultados conflitantes e, inclusive, contraditórios.

Ainda nessa linha de raciocínio, Fields, Lys e Vincent (2001) criticam que os estudos sobre escolhas contábeis até então lidaram, em sua maioria, com apenas uma escolha contábil, sendo que, na prática empresarial, as escolhas contábeis que podem estar envolvidas nas decisões dos diversos agentes são múltiplas. Desse modo, os estudos não podem ser considerados como definitivos ou conclusivos.

Francis (2001) alerta para outra limitação das pesquisas sobre escolhas contábeis, que está relacionada à natureza do tomador de decisão, isto é, sobre quem faz a escolha contábil. A autora argumenta que a definição de escolhas contábeis pode ser ampla o suficiente para incluir não somente as decisões de gestores, mas também decisões de auditores, acionistas e, até mesmo, de órgãos reguladores e emissores de normas contábeis. Para Francis (2001), a maioria das pesquisas está focada nas escolhas dos gestores, porém as escolhas podem ser vistas como negociações de incentivos, incluindo outros agentes que têm seus interesses e tomam decisões que afetam os números contábeis.

Além de estudos baseados em escolhas contábeis individuais, algumas pesquisas (CARPENTER; FEROZ, 2001; JAAFAR; MCLEAY, 2007; COLLIN et al., 2009; COLE; BRANSON; BREESCH, 2013; HALLER; WEHRFRITZ, 2013; NOBES; PERRAMON,

2013; STADLER; NOBES, 2014; PINTO; MARTINS; SILVA, 2015) buscaram demonstrar que existem outros fatores que coíbem ou limitam a realização dessas escolhas de tal forma que nem sempre elas são efetuadas por uma perspectiva racional, pois, muitas vezes, as empresas podem estar buscando outros objetivos, como, por exemplo, sua legitimidade no ambiente em que atuam. Esse descolamento da visão econômica dá-se, a princípio, pela visão institucional das escolhas contábeis, pela qual estas são feitas para atender a pressões institucionais (coercitivas, normativas e/ou miméticas), advindas do contexto institucional. Essas pressões influenciam preferências e restringem a capacidade cognitiva, colocando limites no potencial de fazer uma escolha racional na Contabilidade. A Teoria Institucional, portanto, pode oferecer explicações adicionais para as escolhas contábeis (HUNT III; HOGLER, 1990; NEU, 1992; MANGOS; LEWIS, 1995; CARPENTER; FERROZ, 2001; COLLINS *et al.*, 2009).

Em termos práticos, o número de países que passaram a utilizar o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* para elaboração e divulgação de relatórios contábeis aumentou muito nos últimos anos (<http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Jurisdiction-profiles.aspx>, atualizada em 6 de junho de 2016), o que motivou ainda mais as pesquisas sobre escolhas contábeis, notadamente na Europa (QUAGLI; AVALLONE, 2010; LOURENÇO; CURTO, 2010; MARTÍNEZ; MARTÍNEZ; DIAZARAQUE, 2011; COLE; BRANSON; BREESCH, 2013; NOBES, 2013; ISRAELI, 2015). Isso ocorreu porque o IFRS, por pretender ter aplicação global, é baseado em princípios, o que aumenta sobremaneira o poder discricionário dos elaboradores das demonstrações contábeis, já que cada país, cada mercado, cada cultura, cada religião, cada ambiente institucional é distinto, exercendo pressões distintas sobre as escolhas contábeis. Além disso, muitas normas do IFRS explicitam mais de uma opção igualmente válida para a contabilização de um mesmo evento econômico, faltando no IFRS, conforme Barth (2014), melhores especificações, na Estrutura Conceitual, do objetivo e da definição da mensuração contábil, bem como de uma base conceitual para escolhas entre mensurações alternativas. Isso deixa espaço para a flexibilidade das normas contábeis ser usada para múltiplos objetivos.

Dada a complexidade do contexto das pesquisas de escolhas contábeis, no presente ensaio é promovida uma discussão crítica a respeito da definição e dos tipos de escolhas contábeis, das teorias e das principais obras que tratam desse tema, com o objetivo de sustentar reflexões mais profundas e fundamentadas para o desenvolvimento de pesquisas sobre escolhas contábeis. As literaturas internacional e nacional têm oferecido contribuições ao longo dos anos, porém questões como a existência de uma teoria consolidada das escolhas contábeis e os determinantes das múltiplas escolhas contábeis ainda não estão claras, como é visto ao longo deste ensaio.

As principais contribuições deste trabalho são: (i) propor uma triangulação teórica entre a Teoria Contratual da Firma, o conteúdo teórico subjacente à denominada 'Teoria Positiva da Contabilidade' e a Teoria Institucional, que estão relacionadas às pesquisas de escolhas contábeis, de modo que uma teoria preencha as lacunas da outra, apontando limitações, tensões e complementaridades de cada uma e como a integração entre elas pode ser útil às pesquisas sobre o tema; e (ii) propor reflexões para o estudo de múltiplos fatores determinantes e consequências econômicas das escolhas contábeis, considerando, também, o subsídio de diferentes abordagens metodológicas. As reflexões propostas podem acrescentar ao estudo das escolhas contábeis uma visão mais abrangente sobre seus fatores determinantes

e consequências econômicas, ampliando as possibilidades e a relevância da pesquisa desse tema.

Este ensaio foi estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, é discutida a definição e os tipos de escolhas contábeis, com base em estudos anteriores sobre o tema, no intuito de sugerir alguns limites para o estudo das escolhas contábeis. Na sequência (seção 3), é abordado o aspecto da triangulação de teorias para pesquisas em escolhas contábeis, apresentando-se a essência da Teoria Contratual da Firma, da chamada 'Teoria Positiva da Contabilidade' e da Teoria Institucional, bem como as limitações e complementaridades de cada uma. Na seção 4, é apresentada uma revisão de estudos empíricos sobre escolhas contábeis, de modo a refletir o estado da arte sobre o tema e evidenciar os principais problemas encontrados. Demais reflexões e sugestões para pesquisas na temática de escolhas contábeis são tratadas na seção 5. Posteriormente, são apresentadas as considerações finais sobre o ensaio apresentado (seção 6).

2 Definição e tipos de escolhas contábeis

Watts (1992) considera que as escolhas contábeis incluem as escolhas dos gestores das empresas por um ou mais métodos contábeis em detrimento de outros. Fields, Lys e Vincent (2001) afirmam que uma escolha contábil é qualquer decisão cujo objetivo seja influenciar o resultado da Contabilidade, incluindo não apenas as demonstrações contábeis em si, mas também quaisquer outras informações e documentos derivados da Contabilidade, como, por exemplo, as declarações de Imposto de Renda.

Esses mesmos autores consideram que as escolhas contábeis existem porque é impossível ou inviável eliminar a flexibilidade das normas contábeis. Ocorre que a imposição de um padrão contábil passível de oferecer uma linguagem de divulgação que atenda às necessidades de todas as empresas em todos os mercados é uma tarefa difícil ou até mesmo impossível, porque o nível de desenvolvimento dos mercados globais é diferente em questões como proteção ao investidor ou ao credor, regulação, *enforcement* etc.

Além disso, a uniformidade das políticas contábeis não significa, necessariamente, a representação fidedigna da realidade econômica das empresas, impactando, por sua vez, a qualidade da informação divulgada. Por exemplo, uma empresa que comercializa insumos importados, sujeitos a variações específicas de preços de mercado e do dólar, pode considerar que a mensuração de seus estoques pelo método PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) representa fidedignamente a realidade econômica em vez da mensuração pelo custo médio ponderado; já em outra empresa, com situação econômica semelhante, os gestores podem considerar, por outros motivos, que outro método de mensuração seja mais adequado, não confirmando a pressuposição de Jaafar e Mcleay (2007) de que companhias do mesmo segmento fariam as mesmas escolhas contábeis na mensuração de seus ativos, em função de estarem sujeitas às mesmas circunstâncias operacionais. Há, portanto, outros aspectos mais amplos que influenciam as escolhas contábeis.

A possibilidade de escolhas contábeis diferentes e válidas para uma mesma transação (ou ativo ou passivo) pode diminuir a comparabilidade das informações contábeis, porém o *International Accounting Standards Board (IASB)* mantém essa possibilidade porque a uniformidade de critérios não refletiria maior qualidade das informações. Esse órgão parte do pressuposto de que a comparabilidade seja algo desejável, porém outras características da informação contábil são mais desejáveis (como, por exemplo, a representação fidedigna), em

detrimento da comparabilidade. Na verdade, o IASB possibilita, dada a flexibilidade de suas normas, um *trade-off* entre características da informação contábil. A comparabilidade da informação contábil em si é um conceito mais amplo e complexo, não sendo somente uma função de normas contábeis, mas também de interpretação, auditoria, do ambiente regulatório contencioso e de *enforcement* (vide BARTH *et al.*, 2012 para uma discussão mais profunda sobre comparabilidade).

Nobes (2006) investigou os motivos para a existência de diferenças internacionais na Contabilidade sob o IFRS e identificou oito fatores que contribuem para tais diferenças, entre esses o que ele chamou de *overt options* (opções evidentes) e *covert options* (opções ocultas). Nobes retoma, em 2013, (NOBES, 2013) a mesma discussão, argumentando, adicionalmente, que as diferenças internacionais nos sistemas contábeis continuam sobrevivendo sob o IFRS, devido aos diferentes ambientes institucionais e às opções estratégicas (*overt* e *covert options*). Note-se que o ambiente institucional sobrepujou as explicações econômicas mais restritas com relação às escolhas contábeis. Isso demonstra que somente a consideração de uma base econômica como arcabouço teórico para escolhas contábeis é insuficiente para o entendimento amplo e profundo do assunto.

Nobes (2013) explica que uma opção é evidente se for claramente especificada como uma opção dentro do IFRS, por exemplo, PEPS ou custo médio na mensuração de estoques. As opções evidentes são facilmente observáveis nas demonstrações contábeis. No caso das opções ocultas, não existe, explicitamente, nenhuma escolha no IFRS, porém o grau de julgamento envolvido pode dar margem para as preferências dos preparadores das demonstrações financeiras, como, por exemplo, o reconhecimento do *leasing* com base na transferência substancial dos riscos e benefícios, sem critérios numéricos. As opções ocultas, conforme o autor em comento, advêm de critérios vagos do IFRS, que possibilitam diferentes interpretações e julgamentos, e não são facilmente observáveis nas demonstrações contábeis. Mesmo não sendo observáveis nas demonstrações contábeis, tais escolhas existem e afetam o conjunto de informações contábeis. Para o estudo dessas escolhas, há que se buscar metodologias distintas das ‘tradicionalis’ (ou das do *mainstream*) na pesquisa em Contabilidade, já que tais metodologias não parecem ser ferramentas adequadas para o estudo desse tipo de escolhas.

Em linha com a definição de Fields, Lys e Vincent (2001) e os estudos de Nobes (2006, 2013), neste ensaio foram considerados sete tipos de escolhas contábeis divididos em duas categorias: escolhas contábeis evidentes e escolhas contábeis ocultas. As escolhas contábeis evidentes são aquelas facilmente identificáveis nas demonstrações contábeis publicadas e incluem escolhas contábeis de mensuração, reconhecimento, classificação, apresentação e escolha do momento de adoção de uma norma. As escolhas contábeis ocultas não são facilmente identificáveis nas demonstrações contábeis publicadas e podem estar relacionadas com a existência de critérios vagos no IFRS (julgamento profissional) e com decisões operacionais. Ressalta-se que tal forma de classificação, ou categorização de escolhas contábeis, não é definitiva ou única. É possível que, dado o objeto de pesquisa, as escolhas contábeis sejam classificadas de outras formas. O relevante é a adequação da classificação com base no objetivo de pesquisa e do suporte teórico desenhado.

Corroborando Francis (2001), Holthausen (1990) e Nobes (2013), considera-se que as escolhas contábeis podem: (i) incluir decisões de diversos agentes e não somente decisões de gestores; (ii) ser influenciadas por interesses contratuais e econômicos; e (iii) sofrer influência do ambiente institucional. Dessa forma, a Teoria Contratual da Firma, que trata das questões

contratuais entre os agentes, o conteúdo teórico da chamada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, que se ocupa do microambiente das decisões, ou seja, foca os aspectos econômicos relacionados ao comportamento dos agentes, e a Teoria Institucional, que lida com o macro ambiente organizacional, são teorias que podem fundamentar as pesquisas sobre as escolhas contábeis. Entretanto, seria esse conjunto de teorias suficiente para formar definitivamente uma estrutura conceitual ampla que abarque todos os aspectos relacionados às escolhas contábeis? Talvez não, mas é um avanço, quando comparado com os estudos de escolhas contábeis individuais, pautados, exclusivamente, nas teorias econômicas comentadas.

Note-se, por exemplo, a Teoria da Agência (parte substancial do que envolve a chamada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’). Nela, em suma, os seres humanos estão sempre em disputa para obter o maior proveito individual (ou maximização das utilidades individuais). Entretanto, a Teoria da Agência é silente quanto aos aspectos que influenciam e, até mesmo, limitam o comportamento oportunista dos seres humanos. Essa teoria acaba por não considerar aspectos não economicamente racionais, que, por sua vez, influenciam o comportamento do ser humano perante uma escolha contábil. A Teoria Institucional, por exemplo, fornece uma visão mais ampla para se identificar fatores (múltiplos fatores, na verdade) que explicam o comportamento humano perante escolhas contábeis, que vão além da racionalidade econômica. Pode-se argumentar, inclusive, que a Teoria Institucional fornece componentes limitadores da racionalidade econômica dos atores envolvidos nas escolhas contábeis.

3 Escolhas contábeis: existe uma teoria?

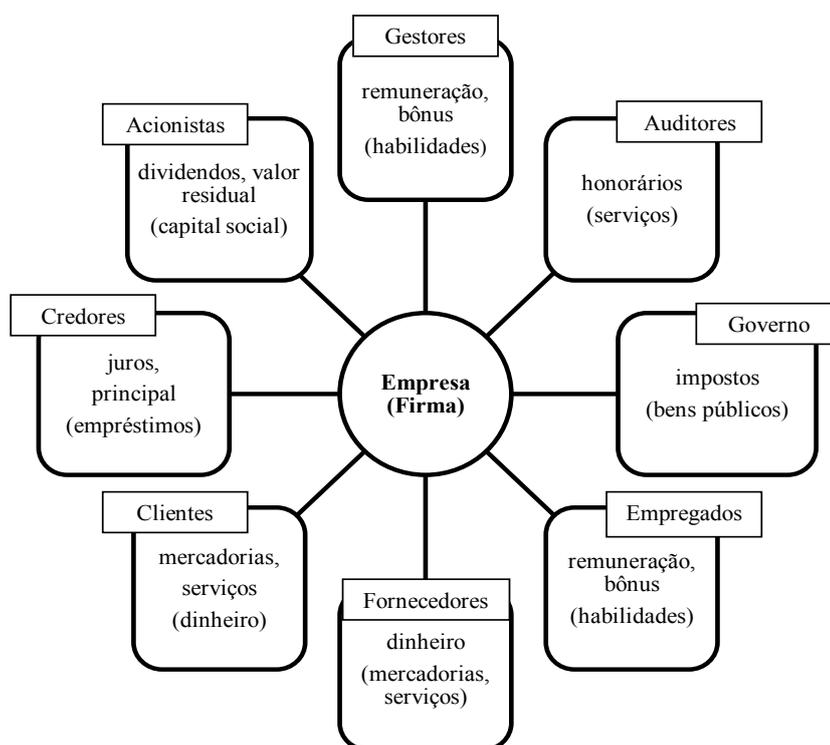
As pesquisas contemporâneas que buscam identificar os fatores determinantes das escolhas contábeis são fundamentadas, essencialmente, em três conjuntos conceituais: o conjunto dado pela Teoria Contratual da Firma, o conjunto de conceitos dado pela chamada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ e o conjunto, mais amplo, dado pela Teoria Institucional, como será visto na sequência. Contudo, as pesquisas não fazem a interação entre todos os conjuntos, de tal forma que se pode afirmar que não há uma teoria consolidada sobre escolhas contábeis, pois as escolhas são múltiplas, feitas por múltiplos agentes em múltiplos ambientes contratuais e institucionais. Sabe-se que os conjuntos conceituais dessas três teorias ajudam o entendimento das escolhas contábeis, no entanto o mecanismo de como elas interagem entre si, com relação às escolhas contábeis, ainda não é totalmente conhecido.

De acordo com Sunder (2014), na Teoria Contratual da Firma a Contabilidade é vista como um sistema para implementar contratos ou como um sistema de prestação de contas, devendo funcionar efetivamente em um ambiente imperfeito e com informações incompletas. Os diversos contratos que determinam os direitos e as obrigações das partes interessadas vinculadas à firma, tais como os contratos de empréstimos e planos de remuneração de gestores, podem utilizar os números contábeis como base para determinação e distribuição dos resultados de cada uma das partes interessadas. Dessa forma, as escolhas contábeis realizadas pelos administradores são, geralmente, explicadas com base na Teoria Contratual da Firma. É essa uma das principais sustentações teóricas da denominada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, elucidada nas obras de Watts e Zimmerman (1986, 1990) e Watts (1992). Contudo, essa não é a única explicação possível para a realização de escolhas contábeis. As empresas atuam em ambientes de múltiplos contratos, e os de dívida e remuneração são

somente alguns dos possíveis existentes. Portanto não há como considerar que esses expliquem completamente as escolhas contábeis.

Watts e Zimmerman (1986) afirmam que a Contabilidade é parte de um conjunto de contratos (formais ou informais) da firma, nos quais os interessados concordam, voluntariamente, com um conjunto amplo de escolhas contábeis passíveis de serem aplicadas. Nessa perspectiva, a firma é encarada como um conjunto de contratos, formais ou implícitos, entre as partes interessadas na empresa, tais como acionistas, administradores, credores, fornecedores, clientes, empregados, auditores e governo, em que cada participante contribui com algo para a firma e, em troca, recebe uma contrapartida (SUNDER, 2014). Na Figura 1, são apresentadas as relações contratuais entre a empresa (firma) e os diversos agentes com suas contribuições e direitos recíprocos. Para ilustrar, os gestores contribuem com suas habilidades gerenciais e têm direito à remuneração e bônus; os investidores contribuem com capital social e têm direito a dividendos e sobre o valor residual da firma; os credores contribuem com empréstimos e financiamentos e têm direito à remuneração por meio de juros e pagamento do principal da dívida e assim por diante.

Figura 1 – Visão contratual da firma com os diversos agentes



Fonte: Elaborada com base em Sunder (2014, p. 16-17).

Todavia, essa teoria é silenciosa sobre as partes dos contratos, que, em última instância, são seres humanos, individuais e/ou em conjunto. Não aparecem, na teoria, todas as possibilidades de comportamento humano dos agentes que são partes dos contratos. Assim como a Teoria Contratual da Firma admite contratos incompletos, contratos imperfeitos, há espaço para explicações mais completas de como os seres humanos envolvidos nos contratos

podem se comportar mais ou menos oportunisticamente, mais ou menos eticamente, e como fatores organizacionais, emocionais, éticos, religiosos, etc. afetam o comportamento desses agentes.

Coase (1990) argumenta que uma teoria do sistema contábil é parte da Teoria da Firma, à medida que considera a Contabilidade como uma valiosa fonte de informação sobre o comportamento da firma e que contribui para seu desenvolvimento. A ‘Teoria das Escolhas Contábeis’, descrita em Watts e Zimmerman (1986, 1990), é então parte da Teoria da Firma, conforme Watts (1992). Apesar disso, dada a própria natureza da informação contábil, esse sistema também é incompleto ao fornecer dados sobre comportamento da firma. Como observado mais adiante, essa visão é inconclusa, pois há outros fatores significativos distintos dos contratos que afetam as escolhas contábeis.

Watts (1992) afirma que é preciso identificar o papel que a Contabilidade desempenha nas disposições contratuais e organizacionais, e como os arranjos variam entre as empresas, pois é por meio dessas disposições que existem as escolhas contábeis. Para Watts (1992), as escolhas contábeis variam de empresa para empresa (de gestor para gestor, conforme suas utilidades individuais e coletivas ou conforme o papel contratual a que elas servem) e derivam de variáveis econômicas.

Assim, o ambiente empresarial é visto como um conjunto de indivíduos que agem impulsionados por interesses próprios (perspectiva oportunista), embora dependam da sobrevivência da entidade ao longo do tempo (perspectiva da eficiência). O conflito de interesses pessoais e empresariais pode definir algumas características das entidades, como estrutura de capital, modelo de gestão, etc. e também preferência por determinadas práticas contábeis (DIAS FILHO; MACHADO, 2012). Em contrapartida, não define diversas outras características das entidades, tais como predileção ao risco, escolha de determinado setor de atividade, escolha de ambientes regulatórios de atuação, entre outros.

Por meio da chamada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, apoiando-se em conceitos das teorias econômicas, busca-se explicar e prever as escolhas contábeis (de reconhecimento, mensuração e evidenciação etc.) com base na ideia de que os múltiplos indivíduos envolvidos nessas escolhas podem agir em função dos mais variados interesses, desde os pessoais até os corporativos, procurando maximizar suas utilidades (IUDÍCIBUS; LOPES, 2012).

Watts e Zimmerman (1986, 1990) destacam as três hipóteses da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ que orientam os estudos destinados a explicar e prever práticas contábeis adotadas nas diversas organizações: hipótese do plano de incentivo (*bonus plan hypothesis*), hipótese do grau de endividamento (*debt/equity hypothesis*) e hipótese dos custos políticos (*political cost hypothesis*). Tais hipóteses podem ser interpretadas sob a perspectiva oportunista e sob a perspectiva da eficiência, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Hipóteses da Teoria Positiva da Contabilidade

Hipóteses	Escolhas Contábeis para
Planos de incentivo	Reportar maior lucro possível; trazer o fluxo de bônus futuro para o presente; suavizar lucros para ter menor variação no bônus.
Grau de endividamento	Trazer lucros futuros para o presente se houver risco de violação de <i>covenants</i> .
Custos políticos	Adiar lucros presentes para períodos futuros.

Fonte: Elaborado com base em Watts e Zimmerman (1986, 1990).

Para Scott (2009), frequentemente, a perspectiva oportunista e a perspectiva da eficiência, integrantes da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, fazem previsões semelhantes. O autor exemplifica que, segundo a hipótese dos planos de incentivo, o gestor pode escolher uma política de amortização linear em vez de saldos decrescentes para, oportunisticamente, aumentar a remuneração, porém essa mesma política poderia ser escolhida sob a hipótese dos planos de incentivo por razões de eficiência. Supondo que a amortização linear mensure melhor o custo de oportunidade dos ativos da empresa, esse método resulta em um lucro reportado que melhor mensura o desempenho do gestor. De outro modo, é notório que pessoas diferentes possuem incentivos e limitações que vão além da racionalidade econômica. Como são essas pessoas os agentes das escolhas contábeis, em última instância, a teoria, sozinha, é incompleta para o estudo amplo e profundo das escolhas contábeis.

Na hipótese do grau de endividamento, também conhecida na literatura por hipótese dos *covenants* contratuais, prevê-se que os gestores de empresas com altos índices de dívida/Patrimônio Líquido vão escolher políticas contábeis menos conservadoras do que gestores de empresas com baixos índices e irão se opor a novos padrões contábeis que limitem a habilidade de aumentar a volatilidade dos lucros. Isso ocorre porque pode ser desejável trazer lucros futuros para o presente, se houver risco de violação de *covenants* que resultem em custos de dificuldades financeiras, mas o endividamento é um fator entre inúmeros outros. Um exemplo: a teoria não é capaz de explicar, dado o mesmo contrato de dívida, como os agentes se comportariam (e, conseqüentemente, fariam escolhas contábeis) em diversos mercados e países diferentes. Note-se que não há uma explicação consolidada de como esse mecanismo de endividamento funcionaria em ambientes institucionais distintos.

Sob a hipótese dos custos políticos, políticas contábeis que diminuam os lucros reportados ajudam a evitar custos políticos, mantendo, assim, a rentabilidade. Há que se considerar, contudo, que a teoria não fornece explicações detalhadas de como esses custos políticos, por exemplo, mudam de intensidade nas escolhas contábeis, mudando-se os países, os poderes de *enforcement*, as culturas etc.

A chamada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ fundamenta-se na compreensão e previsão das escolhas contábeis na empresa. Em seu nível mais geral, ela indica que a escolha contábil é parte da necessidade global da empresa para minimizar seu custo de capital e outros custos de contratação. As políticas contábeis para fazer isso são, em grande parte, determinadas pela estrutura organizacional da empresa que, por sua vez, é determinada pelo seu ambiente institucional. Assim, a escolha contábil também faz parte do processo global de governança corporativa (SCOTT, 2009). Isso significa que os fatores determinantes das escolhas contábeis podem estar relacionados ao ambiente interno das empresas (remuneração de gestores, estrutura de capital, tamanho da empresa, sistemas de incentivos e monitoramento, cultura organizacional), como também, ao ambiente externo (setor de atuação, regulação específica, clientes, fornecedores). Com isso, nem sempre os gestores farão somente escolhas contábeis permitidas legalmente, buscando minimização do custo de capital e outros custos contratuais, pois existem fatores ambientais mais amplos do que os previstos pelas teorias econômicas que impactam as escolhas contábeis.

Como pode ser visto, com base na ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, busca-se explicar as escolhas contábeis, porém não estão em seu escopo fatores do contexto social que possam estar envolvidos nas escolhas contábeis. Adicionalmente, sabe-se que a Contabilidade não é uma disciplina puramente técnica e que esta é impregnada de aspectos humanos e sociais do contexto em que as empresas operam. Destacam-se as perspectivas oportunista e da

eficiência, sob as quais podem ser interpretadas as hipóteses da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, denotando o onipresente conflito de agência entre gestores e acionistas, fundamentalmente abordado pelos prismas contratual e econômico, porém essencialmente derivado do comportamento humano.

Atender a interesses próprios ou da empresa é uma visão racional das escolhas contábeis. Contudo, os indivíduos podem aceitar e seguir normas sociais sem reflexão ou resistência comportamental (processo de legitimação), limitando-se à defesa de seus interesses, o que seria, então, uma visão institucional das escolhas contábeis. Assim, entende-se que uma teoria cujo objetivo seja auxiliar a explicar os fenômenos contábeis a partir de padrões de comportamento, normas, crenças e procedimentos a que as empresas recorrem para alcançar legitimidade no ambiente em que atuam, seja complementar à visão puramente econômica. A Teoria Institucional pode oferecer essa visão complementar necessária ao entendimento dos fatores determinantes das escolhas contábeis.

Dillard, Rigsby e Goodman (2004) esclarecem que instituição é uma ordem estabelecida que compreende práticas sociais padronizadas e delimitadas por regras, e institucionalização é o processo pelo qual as práticas esperadas em vários contextos sociais são desenvolvidas e aprendidas. Pela Teoria Institucional considera-se que a organização precisa se adequar às normas sociais de comportamento aceitável, além de atingir níveis de eficiência produtiva. Por esse pressuposto da Teoria Institucional, depreende-se que existem limitações às atitudes dos agentes nas organizações. Por exemplo, questões de ética ou medo de punição podem explicar determinadas atitudes dos agentes, incluindo-se as escolhas contábeis. Dessa maneira, além do ‘poder’ explicativo das teorias econômicas sobre as escolhas contábeis, a Teoria Institucional pode oferecer explicações mais amplas e consistentes para tais escolhas.

As métricas e ferramentas que compõem os sistemas de Contabilidade são convenções que fazem parte dos vários ambientes institucionalizados (legal, profissional, regulatório etc.), com o objetivo de legitimar socialmente os participantes da organização e as suas ações e, dessa forma, influenciam as escolhas nas organizações. Em linha com Dias Filho e Machado (2012), a proposta de estudar a Contabilidade sob a perspectiva institucional fundamenta-se na percepção de que as aplicações e características dos mecanismos contábeis nem sempre são definidas por motivações objetivas e racionais, especialmente quando se trata de fixação de normas e escolha de políticas contábeis. Isso implica que existem situações em que, em vez de a Contabilidade ser utilizada com o objetivo de fornecer subsídios para tomada de decisões ou para estabelecimento de contratos, ela acaba assumindo o papel de instrumento de legitimação de decisões adotadas. Tais autores explicam que essa visão pode, inclusive, melhorar a compreensão de fenômenos complexos como a origem de determinado procedimento contábil, as razões pelas quais alguns procedimentos são extintos e outros resistem ao tempo, bem como as características dos sistemas contábeis atuais.

Um conceito importante da abordagem institucional para investigação científica é o de isomorfismo, que está relacionado ao fato de que uma organização empresarial, por exemplo, é impelida a assemelhar-se a outras sob as mesmas condições ambientais. Dias Filho e Machado (2012) destacam que o isomorfismo institucional pode ajudar a explicar e prever variações ou uniformidades no uso de determinadas práticas contábeis como, por exemplo, por que as organizações de determinado setor são homogêneas em diversos aspectos, inclusive no tocante à escolha de certas políticas contábeis.

Para DiMaggio e Powell (1991), o isomorfismo ocorre com base em três mecanismos: coercitivo, mimético e normativo, ilustrados na Figura 2.

Figura 2 – Mecanismos do isomorfismo institucional



Fonte: Elaboração própria.

Dias Filho e Machado (2012) mencionam que o isomorfismo coercitivo é resultante de pressões políticas e de problemas de legitimidade e pode ajudar a explicar e prever se o isomorfismo de práticas contábeis decorre de uma legislação compartilhada pelas organizações de determinado ambiente, ou ainda de expectativas culturais da sociedade em geral. O isomorfismo mimético resulta dos padrões de resposta a incertezas e poderia explicar se as empresas tendem a imitar certas práticas contábeis que são bem-sucedidas (que não geram problemas com auditores e/ou reguladores, ou não tenham custos adicionais de implementação, por exemplo) em outras empresas (do mesmo setor ou região ou de setor e região diferentes) com a intenção de reduzir as incertezas quanto à eficácia de métodos alternativos. Por fim, o isomorfismo normativo advém do poder que certas entidades profissionais possuem para regulamentar arranjos nas estruturas organizacionais conforme seus interesses. Sob o pressuposto do isomorfismo normativo, seria verificado até que ponto o poder que essas entidades têm para regular a Contabilidade inibe ou estimula a adesão a certos métodos contábeis.

A Teoria Institucional, portanto, traz mais elementos, distintos dos econômicos, ao conjunto conceitual do estudo das escolhas contábeis. Mesmo com a ampliação conceitual dos fatores explicativos das escolhas contábeis, o mecanismo de como esses fatores afetam as escolhas contábeis ainda é pouco conhecido. Pode-se, por exemplo, questionar os ‘pesos’ relativos que determinados fatores institucionais terão proporcionalmente aos fatores econômicos. Isso não é bem entendido. E mais, pode-se questionar como determinados fatores econômicos interagem com outros determinados fatores institucionais para explicar as escolhas contábeis. Isso, também, não está claro, mesmo na Teoria Institucional. Essa circunstância demonstra que, apesar da ampliação da base teórica e conceitual, há um espaço ainda maior para pesquisas empíricas que busquem fornecer evidências não só da validade (ou não) da teoria, mas também de como todos esses mecanismos (econômicos, contratuais e institucionais) interagem entre si de forma a explicar e (até, preferencialmente) estimar

práticas contábeis futuras. É claro que, para atingir esse intento, os procedimentos metodológicos atuais não são suficientes. As principais ferramentas metodológicas das pesquisas *mainstream* contemporâneas não são desenhadas para o tipo de pesquisa que, naturalmente, deriva da base teórica ampliada.

As pesquisas que incorporam características institucionais no estudo das escolhas contábeis buscam ampliar ou complementar explicações de teorias econômicas e da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, que, como alegam os pesquisadores, não são capazes de analisar as influências institucionais e sociais sobre o comportamento de quem faz a escolha (NEU, 1992; MANGOS; LEWIS, 1995). Hunt III e Hogler (1990) enfatizam que na Teoria da Agência, por exemplo, não é especificamente considerado o papel da Contabilidade na legitimação das atividades dos gestores das empresas na seleção de métodos contábeis que potencialmente atendam mais a seus próprios interesses em detrimento dos interesses de proprietários, acionistas e funcionários. Mangos e Lewis (1995) afirmam que uma perspectiva socioeconômica não sugere que os gestores ignorem fatores econômicos na escolha de práticas contábeis, mas postula que uma explicação mais completa das escolhas contábeis também deve considerar o contexto social dessas escolhas.

Em suma, essa seção demonstrou que há teorias que explicam parcialmente as escolhas contábeis, cada teoria com sua característica. Foi argumentado que a Teoria Institucional traz diferentes elementos ao corpo teórico do estudo das escolhas contábeis e que, apesar disso, a teoria não está completa, pois os mecanismos de interação entre os diversos fatores preconizados pelas principais teorias (fatores econômicos, contratuais, institucionais) não são bem compreendidos. Isso implica a abertura de novas oportunidades de pesquisa da área, tanto para ampliação (ou refutação) da teoria quanto da ampliação do portfólio metodológico da pesquisa em escolhas contábeis.

4 Literatura sobre Escolhas Contábeis: algumas reflexões e proposições

Com base nas correntes teóricas apresentadas, vários estudos empíricos foram desenvolvidos no intuito de testar as perspectivas e hipóteses das teorias, relacionando: (i) múltiplas escolhas contábeis a incentivos econômicos e contratuais (MISSONIER-PIERA, 2004; ASTAMI; TOWER, 2006); (ii) escolhas contábeis a reivindicações contratuais implícitas dos *stakeholders*, com base na hipótese da reputação (BOWEN; DUCHARME; SHORES, 1995; 1999); (iii) escolhas contábeis referentes a padrões contábeis (especialmente o IFRS) a incentivos econômicos, contratuais e institucionais (CARPENTER; FERROZ, 2001; JAAFAR; MCLEAY, 2007; COLLIN *et al.*, 2009; QUAGLI; AVALLONE, 2010; LOURENÇO; CURTO, 2010; MARTÍNEZ; MARTÍNEZ; DIAZARAQUE, 2011; COLE; BRANSON; BREESCH, 2012; LORENCINI; COSTA, 2012; ANDRADE; SILVA; MALAQUIAS, 2013; COSTA; SILVA; LAURENCEL, 2013; GORDON *et al.*, 2013; HALLER; WEHRFRITZ, 2013; MURCIA *et al.*, 2013; NOBES; PERRAMON, 2013; COSTA; FREITAS, 2014; BAIK *et al.*, 2015; ISRAELI, 2015; PINTO; MARTINS; SILVA, 2015).

Esses incentivos econômicos, contratuais e institucionais, nos estudos, estão refletidos em características corporativas, tais como rentabilidade, endividamento, tamanho, nível de estoques, intensidade da força de trabalho, natureza das dívidas, estrutura de propriedade, país de origem e de listagem, setor, empresa de auditoria, dentre outras características.

Por esse prisma, Missonier-Piera (2004) e Astami e Tower (2006) analisaram múltiplas escolhas contábeis simultaneamente, o que é uma evolução perante a crítica de Fields, Lys e Vincent (2001). Todavia, enquanto Missonier-Piera (2004) concluiu que os gestores escolhem métodos de Contabilidade para reduzir os custos da dívida e custos políticos, bem como para aumentar a sua própria remuneração, confirmando as hipóteses da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ no contexto suíço, Astami e Tower (2006) encontraram indícios de que tais hipóteses não foram confirmadas para as empresas da região da Ásia Pacífico. Isso evidencia lacunas dos trabalhos perante a amplitude teórica em que as escolhas contábeis estão inseridas, tendo em vista que, quando os testes no estudo de Astami e Tower (2006) são controlados pelo país, tal variável fornece a explicação mais forte para a escolha de políticas contábeis, o que leva a crer que características institucionais possam explicar as escolhas contábeis.

Estudos internacionais como os de Quagli e Avallone (2010); Lourenço e Curto (2010); Martínez, Martínez e Diazaraque (2011); Gordon *et al.* (2013); Baik *et al.* (2015); e Israeli (2015); e estudos brasileiros, como os de Lorencini e Costa (2012); Andrade, Silva e Malaquias (2013); Costa, Silva e Laurencel (2013); Murcia *et al.* (2013); e Costa e Freitas (2014) focaram escolhas contábeis explícitas no IFRS, tratadas individualmente, tais como a mensuração das propriedades para investimento ao custo ou valor justo, o reconhecimento de *joint ventures* por consolidação proporcional ou equivalência patrimonial, a baixa ou a manutenção dos saldos do Ativo Diferido e da Reserva de Reavaliação – ambas as opções permitidas no Brasil no período de transição para o IFRS – a adoção do custo atribuído para imobilizados e propriedades para investimento, a classificação de itens na Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outras de uma extensa lista de opções do IFRS.

Esses estudos, essencialmente, relacionam as escolhas contábeis com características corporativas, notadamente, rentabilidade, endividamento e tamanho por meio de regressões logísticas, baseando-se nas hipóteses da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ e, principalmente, na perspectiva oportunista.

De acordo com tais estudos, índices de rentabilidade são utilizados por diversos *stakeholders* como medida de desempenho das empresas. Tendo em vista que os *stakeholders* têm expectativas sobre o desempenho da empresa, os gestores são incentivados a efetuar escolhas contábeis que contribuam para alcançar o desempenho previsto. A rentabilidade, inclusive, é utilizada como *proxy* para a existência de planos de incentivo vinculados a números contábeis, uma vez que, quanto maior a lucratividade, maior a remuneração, considerando ainda que a informação sobre esses planos pode ou não estar disponível aos usuários externos. O endividamento está relacionado aos custos de agência e à preocupação dos gestores, nesse caso seria fazer escolhas contábeis que evitem violação de *covenants* contratuais. No que tange ao tamanho, a expectativa é de que empresas maiores tendem a ter maiores níveis de *disclosure*, mais recursos para elaboração dos relatórios financeiros e mais incentivos para analisar e selecionar critérios contábeis que minimizem impactos sobre os números contábeis (custos políticos).

Ainda sob o âmbito da literatura fundamentada na Teoria Contratual da Firma e na ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ estão os trabalhos de Bowen, DuCharme e Shores (1995; 1999), nos quais foram incorporadas novas variáveis às pesquisas sobre os fatores determinantes das escolhas contábeis. Segundo os autores, o tratamento conjunto de variáveis econômicas tradicionais da literatura de escolhas contábeis e variáveis representativas de

reivindicações implícitas nas relações contratuais das empresas com seus *stakeholders* denota que estas últimas apresentam um poder explicativo incremental para as escolhas contábeis.

Bowen, DuCharme e Shores (1995), baseando-se em evidências teóricas e informais, defendem que reivindicações implícitas em contratos entre a empresa e seus clientes, fornecedores, empregados e credores de curto prazo criam incentivos para a gestão realizar escolhas contábeis para aumentar os rendimentos no longo prazo. Isso significa que os gestores podem usar políticas contábeis para influenciar contratos explícitos (por exemplo, contratos de dívida), assim como contratos implícitos (melhorar a reputação da empresa para manter relacionamento com clientes, fornecedores e empregados).

De acordo com os pesquisadores, as reivindicações implícitas refletem acordos ou expectativas entre a empresa e seus *stakeholders*, que não são, muitas vezes, escritas em contratos. Por exemplo: os clientes esperam qualidade de desempenho, fornecimento contínuo de produtos ou serviços, disponibilidade contínua de reposição e serviços; os fornecedores desejam pontualidade nos pagamentos, demanda contínua por produtos ou serviços; os empregados almejam condições de trabalho (ambiente limpo, seguro, agradável), perspectivas de futuro (salários, benefícios, promoções), estabilidade; e os credores esperam pontualidade nos pagamentos e demanda contínua por recursos.

Os resultados dos estudos mencionados são, muitas vezes, contraditórios, o que denota que a Teoria Contratual da Firma e a ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ oferecem explicações parciais sobre a realização de escolhas contábeis, pois lidam somente com incentivos econômicos e contratuais, perante as perspectivas de eficiência e oportunismo. Diante desses resultados, os autores citados concordam que muitas outras causas, não necessariamente econômicas e financeiras, podem ser acrescentadas para explicar o comportamento dos agentes nas empresas com mais profundidade.

Assim, pressões institucionais, refletidas em características como listagem em bolsas, setor, auditoria, país de origem das empresas se mostram significativas nas pesquisas sobre escolhas contábeis (JAAFAR; MCLEAY, 2007; COLLIN *et al.*, 2009; MARTÍNEZ; MARTÍNEZ; DIAZARAQUE, 2011; COLE; BRANSON; BRESCH, 2013; HALLER; WEHRFRITZ, 2013; NOBES; PERRAMON, 2013; STADLER; NOBES, 2014), porque refletem o contexto institucional em que as empresas estão inseridas.

As empresas sofrem pressões de diversos atores que impõem uma variedade de leis, regulações e expectativas sobre a organização, sendo que as respostas organizacionais dependem da multiplicidade desses atores (OLIVER, 1991). Guerreiro, Rodrigues e Craig (2012) afirmam que os acionistas são um dos usuários mais importantes das demonstrações financeiras e um dos atores mais importantes a serem considerados quando as empresas escolhem um padrão contábil. Esses mesmos autores discutem que pressões coercitivas resultam de relações de poder e dependência de recursos que grandes atores exercem ao se adotar práticas ou estruturas específicas.

Cieslewicz (2014) relata que a cultura econômica nacional tem influência indireta sobre a Contabilidade por meio das instituições. A Contabilidade, em uma determinada nação, está ligada a instituições de apoio da nação, e as instituições, por sua vez, são influenciadas pela cultura econômica nacional que as mantém. Segundo Cieslewicz (2014), a Contabilidade de uma nação é dependente das características das instituições do país, como o grau em que a corrupção é controlada, o Estado de direito, bem como a eficácia do governo.

A dependência de mercados externos como fonte de financiamento também pode ser uma explicação para diferentes escolhas contábeis em companhias abertas e fechadas (PENNO; SIMON, 1986), principalmente pelo enfoque da relação recurso-dependência do

isomorfismo coercitivo. Guerreiro, Rodrigues e Craig (2012) afirmam que, embora o IFRS seja um padrão internacional, voltado principalmente para o atendimento das necessidades dos investidores, contextos institucionais podem influenciar a escolha por tal padrão, reforçando a ideia de que as escolhas organizacionais não são direcionadas apenas por racionalidade econômica.

As escolhas contábeis podem estar relacionadas, ainda, com a influência normativa e/ou coercitiva do setor, especialmente se este estiver sob regulação de órgãos específicos. Além disso, existe uma expectativa de que as empresas do mesmo setor utilizem as mesmas estratégias de comunicação corporativa, sob risco de serem penalizadas pelo mercado, ou de incorrerem em custos de inovação (custo de utilizar uma política contábil diferente de outras empresas do setor), conforme preconizado pelo isomorfismo mimético da Teoria Institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983; COLLIN *et al.*, 2009; MARTÍNEZ, MARTÍNEZ, DIAZARAQUE, 2011; COLE; BRANSON; BREESCH, 2013).

Por fim, os auditores podem exercer influência nas decisões contábeis, pois, em troca dos honorários de auditoria, eles assumem responsabilidades pela veracidade das demonstrações contábeis e pela sua evidenciação, e suas obrigações são determinadas e impostas por lei, e não pelos contratos especificamente negociados para a firma (SUNDER, 2014). Cole, Branson e Breesch (2013) afirmam que a auditoria pode ser vista como uma restrição para o uso indevido das opções oferecidas pelo IFRS, mas os auditores também podem ser vistos como assessores que influenciam a preparação das próprias demonstrações financeiras em IFRS. Collin *et al.* (2009) defendem que auditores e firmas de auditoria são atores importantes no processo de institucionalização de normas contábeis e, portanto, o mecanismo da Teoria Institucional, que pode explicar a influência da auditoria nas escolhas contábeis, é o normativo, já que esta segue dispositivos legais e exerce pressão sobre as empresas auditadas ao fornecer um parecer limpo ou com ressalvas.

Refletindo-se sobre explorado nesta seção, pode-se observar que os estudos sobre escolhas contábeis deixam lacunas a serem preenchidas. Quando são examinados mais detidamente os estudos empíricos, verificam-se fragilidades existentes, tanto no que se referem às variáveis incluídas nos testes, como aquelas que não estão incluídas, mas deveriam estar (veja-se, por exemplo, a questão das externalidades, apontada por Fields, Lys e Vincent, 2001, e Francis, 2001). Parece que os estudos são segregados, testando parte de um todo que talvez não seja dissociável como se pensa.

Com base nos estudos de escolhas contábeis sob o IFRS, intensifica-se a observância aos fatores institucionais que parecem ter poder explicativo superior aos aspectos puramente econômicos no que tange à realização de escolhas contábeis nas empresas. Isso está intimamente relacionado ao conceito de mudança institucional, inerente à adoção do IFRS pelos diversos países.

North (2006) explica que o processo de mudança institucional envolve alterações nas regras formais e informais, sendo que as informais ocorrem muito mais gradativamente do que as formais. No caso das limitações informais, as mudanças institucionais podem ser revestidas de certa resistência, por envolverem aspectos comportamentais como, por exemplo, desenvolvimento de padrões alternativos pelos indivíduos. Nesse sentido, a mudança formal seria a convergência da Contabilidade ao IFRS nos diversos países, e as mudanças informais estariam relacionadas ao desejo que alguns têm de manter a Contabilidade próxima dos antigos padrões locais, o que pode ser explicado pela manutenção do *status quo* e pela legitimidade de tais procedimentos perante a sociedade. Essa situação vai ao encontro do

pensamento de Bell (2011) o qual afirma que, de modo geral, o processo de mudança institucional é caracterizado como sendo contínuo, lento e gradativo, embora passível de rupturas e descontinuidade.

No que tange às pesquisas de escolhas contábeis, é importante salientar que esses trabalhos denotam que os fatores determinantes das escolhas contábeis ultrapassam as fronteiras da Teoria Contratual da Firma e da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’, ao considerar fatores institucionais como possíveis determinantes das escolhas contábeis.

Estudos como os de Jaafar e Mcleay (2007), Nobes (2006; 2013), Nobes e Perramon (2013), Stadler e Nobes (2014), Albu, Albu e Alexander (2014) e Cieslewicz (2014) envolvem, explícita ou implicitamente, aspectos da Teoria Institucional, pois consideram fatores econômicos, sociais e jurisdicionais na explicação da adoção de procedimentos contábeis, notadamente aqueles relacionados ao IFRS. Entende-se que tais estudos se alinham à argumentação de Scott e Meyer (1991), os quais defendem que a Contabilidade é, também, um mecanismo que reflete o sistema cultural de uma sociedade e se integra ao conjunto de normas de atuação necessárias à legitimidade organizacional.

Por sua vez, Carpenter e Feroz (2001) e Collin *et al.* (2009) utilizaram a Teoria Institucional em complemento às teorias econômicas para explorar como as pressões institucionais influenciam as decisões de adoção de princípios contábeis. Collin *et al.* (2009) propuseram a integração da ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ com a Teoria Institucional para explicar as escolhas contábeis, incluindo fatores econômicos e institucionais na formação do que eles denominaram de ‘Teoria Eclética da Contabilidade’. Tais autores concluíram que uma abordagem eclética não é simples, porém pode constituir uma vantagem ao não restringir o desenvolvimento teórico a uma só direção.

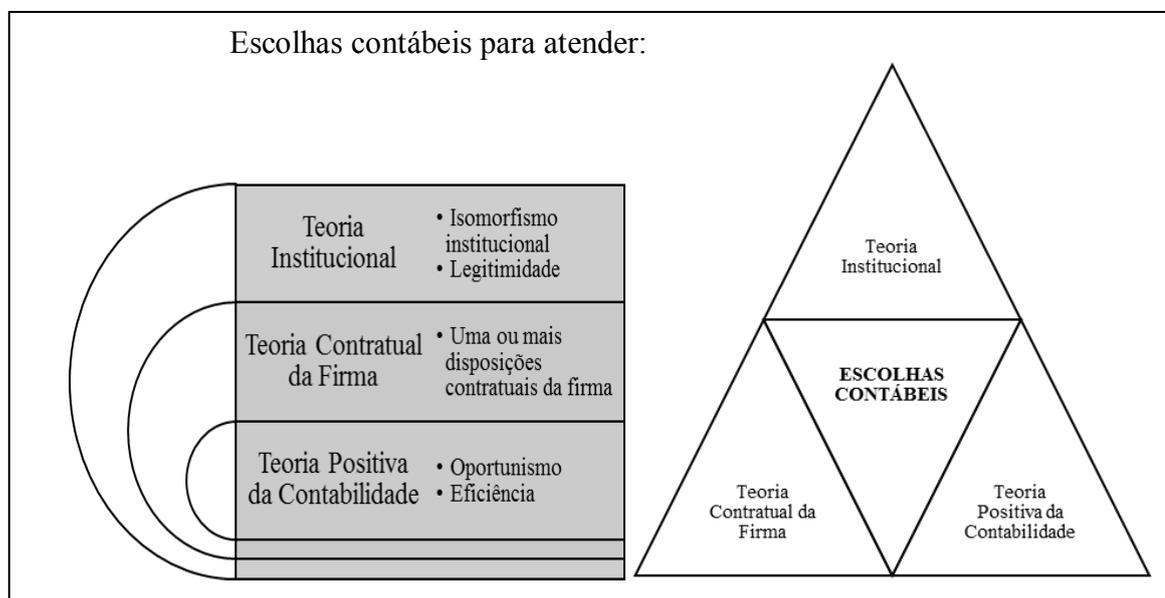
Neste ensaio, a provocação intelectual vai além do que defendem Carpenter e Feroz (2001) e Collin *et al.* (2009), ao considerar uma triangulação teórica a ser aplicada nas pesquisas sobre escolhas contábeis, englobando a Teoria Contratual da Firma, a ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ e a Teoria Institucional. Essa triangulação pode oferecer uma integração das três teorias que seja útil à pesquisa das escolhas contábeis, de modo que uma teoria preencha as lacunas da outra, apontando limitações e complementaridades de cada uma, conforme demonstrado na Figura 3.

Corroborando os autores mencionados e ampliando o foco, neste ensaio assume-se que as teorias econômicas e a Teoria Institucional buscam explicações para as escolhas contábeis, ou seja, conjuntamente, essas teorias podem oferecer um poder explicativo amplo para as escolhas contábeis, de modo que são complementares nesse intento. Para a ‘construção de uma teoria das escolhas contábeis’ é preciso compreender o papel da Contabilidade nas relações contratuais entre os *stakeholders* e como essas relações podem impactar as escolhas contábeis (custos de agência e monitoramento), ofício da Teoria Contratual da Firma. Também é necessário reconhecer as forças econômicas diante das características individuais e egoístas dos seres humanos, tarefa abarcada pela chamada ‘Teoria Positiva da Contabilidade’. Por outro lado, dado o conjunto conceitual oferecido pelas teorias revisadas, não é possível desconsiderar a capacidade humana de construir fenômenos coletivos, com configurações normativas e cognitivas, denominadas instituições, que coíbem, facilitam e influenciam as ações e as escolhas. A Teoria Institucional tem seu foco sobre esses fenômenos coletivos.

Assim, conciliar essas três teorias no mesmo esforço explicativo das escolhas contábeis, em vez de lidar com perspectivas isoladas, o que tem sido muito frequente, pode tornar consistente o desenvolvimento científico dessa área de pesquisa. É o que se propõe

neste ensaio, principalmente a partir do estado da arte das pesquisas sobre escolhas contábeis aqui apresentado.

Figura 3 – Triangulação teórica proposta para a pesquisa das escolhas contábeis



Fonte: Elaboração própria.

Pela literatura revisada, é possível apontar que o estudo das escolhas contábeis parece segregado, sem as devidas amarrações teóricas e hipotéticas. Não é só o fato de se limitar o estudo a apenas uma escolha contábil, mas também a falta de completude do raciocínio desenvolvido. Por exemplo, vê-se que as pesquisas partiram, principalmente, das relações contratuais (perspectiva eficiente e oportunista) e da perspectiva informacional, mas não parece que essas relações continuaram a ser abordadas em estudos posteriores, no intuito de testar essas hipóteses e avançar na construção da ‘Teoria das Escolhas Contábeis’. Afirmar-se construção, porque se acredita que essa teoria não está consolidada, principalmente pela recenticidade das pesquisas e pelos testes inconclusivos. As pesquisas sobre escolhas contábeis continuam amparadas pelas teorias econômicas, notadamente a Teoria Contratual da Firma e a Teoria da Agência.

Outras variáveis começaram a ser inseridas nos testes empíricos, especialmente com base nos trabalhos de Bowen, Ducharme e Shores (1995, 1999), que avaliaram a influência de reivindicações contratuais implícitas dos *stakeholders* (clientes, fornecedores, empregados etc.) sobre as escolhas contábeis e, mais recentemente, os trabalhos que incorporam características institucionais e dos países, como os de Nobes (2006; 2013), Jaafar e Mcleay (2007), Nobes e Perramon (2013) e Stadler e Nobes (2014), no contexto do IFRS. Entretanto, as justificativas para tal inserção parecem frágeis, sustentadas por outros testes empíricos e não em teoria(s). Adicionalmente, nem sempre as *proxies* utilizadas têm também sua utilização justificada adequadamente, o que pode causar viés e distorcer os resultados.

São nesses pontos críticos que a triangulação teórica proposta neste ensaio pode colaborar, pois, muitas vezes, os pesquisadores não encontram suporte para suas argumentações em apenas uma corrente teórica, mas, sim, em uma combinação de teorias. Caso contrário, as argumentações podem ser frágeis e superficiais, limitadas aos números

decorrentes de aplicações de ferramentas estatísticas, sem destacar suas fundamentações e implicações para a prática contábil em vários âmbitos (acadêmico, profissional, regulatório).

Obviamente que avanços foram feitos, pois há trabalhos envolvendo características dos países, no intuito de capturar influências culturais que podem afetar as decisões dos gestores, além de aspectos econômicos e contratuais, assim como o foco tem sido direcionado para empresas menores, que podem ter diferentes incentivos para elaboração de relatórios contábeis. Contudo, acredita-se que amarrações teóricas e hipotéticas precisam ser estruturadas, de modo a justificar os testes empíricos de maneira mais robusta. Falta teoria e o pouco que se tem é testado de forma limitada. Assim, muitos resultados são enviesados e não contribuem para o avanço da teoria e, conseqüentemente, para a geração de conhecimento relevante de forma a impactar a prática contábil.

Além da combinação de mais de uma teoria nos estudos, outra solução para a questão em tela seria o emprego de diferentes abordagens metodológicas em uma mesma pesquisa. Os resultados poderiam ser complementados com uma abordagem interpretativa, obtida por meio de questionários ou roteiros de entrevistas com os agentes envolvidos com as escolhas contábeis. Essa seria uma forma de operacionalizar a proposta apresentada neste ensaio, pois envolveria o tratamento conjunto de variáveis econômicas, contratuais e institucionais e seu relacionamento com as escolhas contábeis.

5 Outras Reflexões e Proposições para a Pesquisa das Escolhas Contábeis

De um modo geral, foi possível perceber, na literatura revisada, que os resultados estatísticos das pesquisas que utilizam métodos quantitativos de análise de dados são raramente acompanhados por interpretações profundas de serem ou não significativos. Isso pode ser indício de falta de teoria ou má utilização da teoria, mimetismo de pesquisa, prevalência do método sobre a lógica de pesquisa, dentre outros problemas.

Continuando com as reflexões, é possível notar que as pesquisas comentadas estão sob uma única abordagem metodológica. Todas selecionaram um conjunto de variáveis, representadas por determinadas *proxies*, e prosseguiram com os testes, buscando explicações para as escolhas contábeis dos gestores sempre na mesma linha de raciocínio. Em 1983, Holthausen alertava para “*Future progress depends on innovation in theory and empirical tests, rather than continued applications of the current state of the art*” (HOLTHAUSEN, 1983, p. 79). Fields, Lys e Vincent (2001), quase vinte anos após Holthausen (1983), apontaram progressos limitados nos métodos de investigação e, mesmo assim, poucos avanços são observados nas pesquisas acerca das escolhas contábeis até o presente, tendo em vista os estudos mencionados, considerados como robustos nessa temática.

Diante da exposição das teorias, dos estudos levantados e das reflexões inicialmente desencadeadas, pode-se elencar algumas considerações acerca do desenvolvimento das pesquisas sobre escolhas contábeis, tanto internacionais quanto no Brasil.

Para implementação de uma agenda de pesquisa mais consistente sobre escolhas contábeis, que aproxime a(s) teoria(s) da prática internacional e da brasileira, seria relevante acrescentar, pelo menos, as perspectivas de empresas ativas e pouco ativas no mercado (ou dependentes e menos dependentes do mercado), isso porque os incentivos para a divulgação de demonstrações contábeis podem ser diferentes para cada conjunto de empresas. Não se pode comparar pesquisas de escolhas contábeis de uma centena de pequenas empresas listadas nos mercados norte-americano e britânico com as listadas no mercado brasileiro. Nesses

mercados estrangeiros mencionados, o acesso de pequenas empresas ao mercado de capitais é muito mais fácil e frequente, ao passo que, no Brasil, isso ainda é restrito a um ‘seleto’ grupo de empresas. São realidades e mercados muito distintos. Isso, por si só, já impele um desenvolvimento mais amplo e completo dos arcabouços teórico e metodológico de pesquisa. Muito do que se vê em pesquisas nacionais sobre o tema são mimetismos de pesquisas

Os interesses de divulgação para empresas com alta liquidez no mercado, por exemplo, podem estar relacionados à manutenção dos investidores e à captação de novos, no intuito de reduzir o custo de capital. No caso de empresas com baixa liquidez ou mesmo aquelas de capital fechado, os interesses podem ser outros, como manter o controle concentrado. Essa perspectiva exemplificada não foi explorada pela literatura aqui contemplada.

Além disso, seria importante considerar as diversas características institucionais das empresas presentes no mercado brasileiro, tais como controle familiar; existência de subsidiárias estrangeiras; controle exercido por fundos; regulação específica (setores: elétrico, comunicação, transporte, saúde, etc.); estrutura de governança; estrutura de capital (lembrando que no Brasil não há um mercado de dívida de longo prazo, pois os financiamentos, normalmente, são com taxas subsidiadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES); rede de controle e rede de conselho (sendo que estas podem estar relacionadas aos financiadores); emissão de debêntures; setor econômico (concorrência nacional e internacional), porte; tributação; *enforcement*; auditoria; conselho fiscal; listagem em outros mercados; e negociação de títulos de dívida em mercados privados (fundos de pensão, mercados estrangeiros).

Dessa forma, é possível comparar as práticas contábeis que as empresas brasileiras adotaram e buscar identificar se os fatores determinantes para as escolhas contábeis são diferentes, dependendo da exposição da empresa no mercado e de suas características institucionais. Pode-se, inclusive, identificar quais os incentivos que as empresas menos líquidas no mercado e aquelas de capital fechado possuem na produção de informações contábeis. Algumas empresas podem estar menos propensas à escolha estratégica de políticas contábeis ou menos interessadas em ‘agradar’ o mercado (por exemplo, analistas de investimentos), por várias razões, como a concentração de propriedade (COLLIN *et al.*, 2009; NOBES; PERRAMON, 2013). Outras podem querer evitar a volatilidade dos lucros, devido à reação que isso pode provocar no mercado.

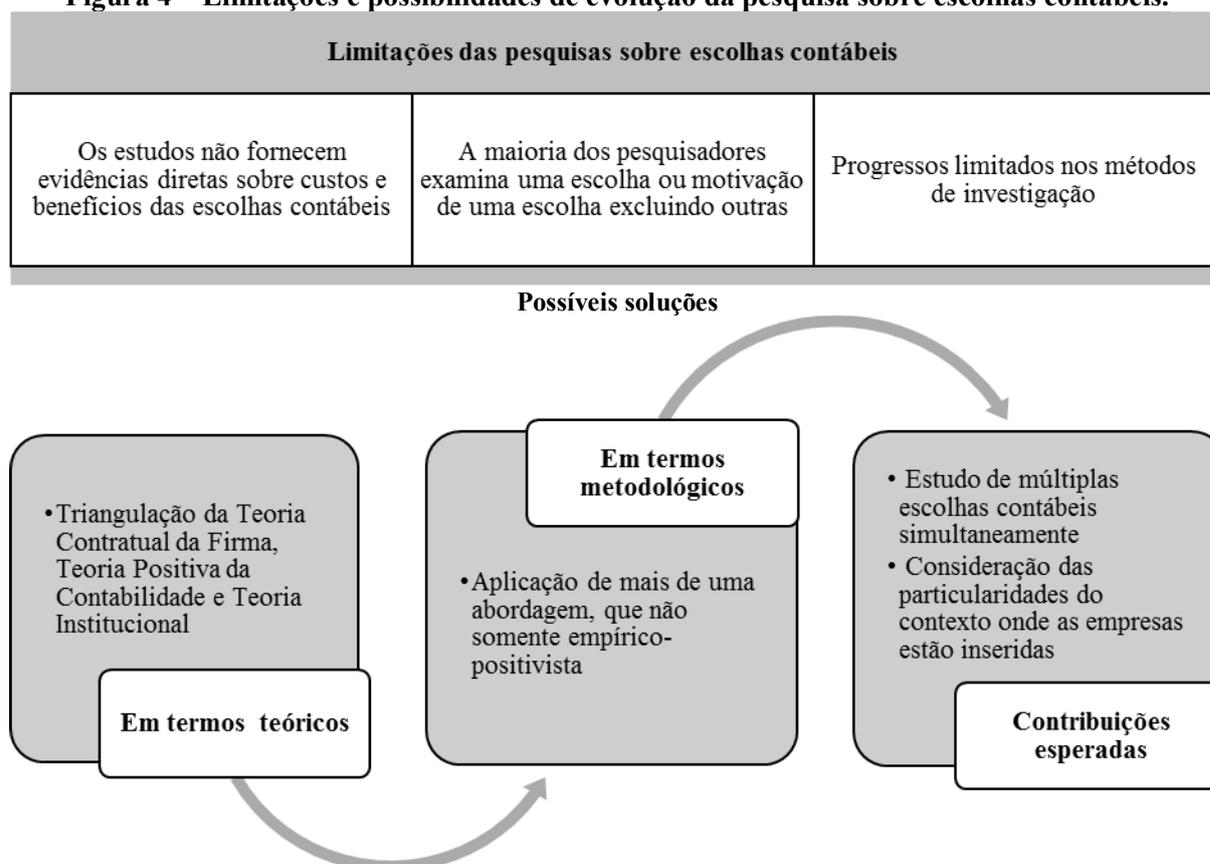
No caso específico do Brasil, sabe-se que a grande maioria das empresas que geram o Produto Interno Bruto (PIB) nacional não são as companhias abertas, mas, sim, sociedades anônimas fechadas, empresas de grande porte limitadas, empresas de pequeno e médio porte e empresas familiares. Pouco (ou quase nada) se sabe sobre elas em termos de informações contábeis, da importância da Contabilidade e, conseqüentemente, do estudo das suas escolhas contábeis.

Para efetiva contribuição para a literatura existente, é necessário focar múltiplas escolhas contábeis, sendo, pelo menos, uma escolha em cada dimensão (reconhecimento, mensuração, classificação e apresentação). Isso permite avaliar se os fatores determinantes das escolhas contábeis são os mesmos, independentemente da dimensão, e se não são, quais são as causas das diferenças. Devem-se investigar escolhas que podem ser comuns a todo tipo de empresa, não se atendo, apenas, à norma específica, de modo a oferecer condições para avaliar períodos subseqüentes, ou seja, supondo que uma empresa fez certa escolha cuja motivação seria reduzir o custo de capital, será que isso realmente ocorreu? Além disso, com

o uso de diferentes abordagens metodológicas, pode-se empreender uma parte interpretativa, por meio da aplicação de um questionário ou roteiro de entrevista, no intuito de coletar informações com gestores, contadores e/ou auditores para avaliar se os resultados dos testes quantitativos correspondem às respostas de tais agentes. Dessa forma, limitações técnicas e metodológicas poderão ser superadas e avanços na ‘construção da teoria das escolhas contábeis’ podem ser obtidos.

Na Figura 4, podem ser visualizadas, sinteticamente, as reflexões provocadas neste ensaio a respeito das limitações e progressos almejados para a pesquisa das escolhas contábeis.

Figura 4 – Limitações e possibilidades de evolução da pesquisa sobre escolhas contábeis.



Fonte: Elaboração própria.

6 Considerações Finais

As pesquisas internacionais não são conclusivas (e podem ser até antagônicas nos seus resultados e explicações) no que diz respeito à existência de uma ‘teoria das escolhas contábeis’, mas testaram hipóteses ou conjuntos de hipóteses individuais e semelhantes ao longo dos anos, buscando explicar as consequências econômicas, incentivos, custos e benefícios das escolhas contábeis (HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1983; HOLTHAUSEN, 1990; QUAGLI; AVALLONE, 2010; MARTINEZ; MARTINEZ; DIAZARAQUE, 2011; BADERTSCHER; COLLINS; LYS, 2012; NOBES; PERRAMON, 2013; STADLER; NOBES, 2014).

O problema a ser resolvido é aparentemente simples: quais fatores afetam as escolhas contábeis? Contudo, como qualquer questão de pesquisa simples, ela não pode ser respondida diretamente, conforme mencionado por Barth (2013) em relação a seu estudo.

É importante lembrar que as escolhas contábeis podem incluir decisões de gestores, auditores, membros do comitê de auditoria e órgãos reguladores (FRANCIS, 2001) e, dessa maneira, os fatores determinantes das escolhas contábeis podem variar de empresa para empresa. Isso significa que os fatores determinantes das escolhas contábeis podem estar relacionados ao ambiente interno das empresas (remuneração de gestores, redução do custo de capital, aumento da rentabilidade), como também ao ambiente externo (regulação econômica, contábil, tributária).

Paradoxalmente ao resultado de muitas pesquisas que apontam que fatores internos e externos influenciam as escolhas contábeis, Dichev e Li (2013) – numa análise de nove escolhas, em 260.000 observações e ao longo de 50 anos – apontaram que raramente as empresas alteram as escolhas realizadas e, ainda, que elas não fazem nenhum esforço concomitante para aumentar o lucro com base em um conjunto de escolhas contábeis. Críticas por certo podem ser feitas à mencionada pesquisa no que se refere ao número de escolhas analisadas quando se atualiza esse número para um mundo pós-IFRS, considerando, por exemplo, que Nobes (2013) identificou 31 escolhas claras no IFRS, e Cole, Branson e Breesch (2011) identificaram 72 escolhas, entre opções claras, encobertas e de estimativas e julgamentos, bem como à identificação do efeito exclusivo sobre o lucro.

Ainda assim, o resultado da pesquisa de Dichev e Li (2013) permite supor que as evidências de pesquisas realizadas até então, com um número de escolhas mais limitado, por períodos de tempo e amostras menores, precisam ser vistas com cautela. Nesse sentido, uma triangulação teórica, abrangendo a Teoria Contratual da Firma, a ‘Teoria Positiva da Contabilidade’ e a Teoria Institucional, pode oferecer uma fundamentação mais consistente para as pesquisas acerca das escolhas contábeis. Não que seja essa a solução perfeita para todas as questões relativas às escolhas contábeis, mas pode ser um caminho lógico a ser seguido até que outro novo paradigma surja. Enquanto não surge, faz sentido caminhar na direção da ampliação do arcabouço teórico e, também, metodológico.

Há que se reconhecer que outras teorias poderiam preencher as demais lacunas que possam existir no estudo das escolhas contábeis, como teorias que adotem perspectivas culturais ou políticas advindas da sociologia organizacional ou dos estudos organizacionais. Outras epistemes também deveriam ou poderiam ser consideradas no estudo das escolhas contábeis.

Com os aprimoramentos teóricos e metodológicos necessários, no intuito de evitar ou minimizar problemas relatados na literatura, uma pesquisa nessa temática, seja no contexto internacional e/ou no brasileiro, pode promover importantes contribuições para a referida literatura, incluindo, também, as particularidades encontradas no Brasil (e/ou em outros países pouco explorados na literatura).

Demais contribuições esperadas do estudo das escolhas contábeis são: construção de um arcabouço teórico, bem como de uma base de dados que envolva a coleta e tratamento das políticas contábeis utilizadas (no Brasil, especialmente no período de convergência aos padrões internacionais de Contabilidade), o que poderá favorecer, inclusive, o desenvolvimento de outras pesquisas; análise de múltiplas escolhas contábeis simultaneamente, contribuindo para a literatura, devido à escassez de estudos dessa natureza também no contexto brasileiro, o que concede originalidade à pesquisa; possibilidade de

confrontar resultados com estudos anteriores de outros mercados, confirmando ou não hipóteses levantadas anteriormente pela literatura de escolhas contábeis. Assim, destarte os avanços que têm sido feitos em pesquisas sobre o tema, há ainda um longo caminho a ser percorrido pela academia.

Referências

ALBU, C. N.; ALBU, N.; ALEXANDER, D. When global accounting standards meet the local context – Insights from an emerging economy. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, p. 489-510, 2014.

ANDRADE, M. E. M. C.; SILVA, D. M.; MALAQUIAS, R. F. Escolhas contábeis em propriedades para investimento. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 22-37, 2013.

ASTAMI, E. W.; TOWER, G. Accounting-policy choice and firm characteristics in the Asia Pacific region: An international empirical test of Costly Contracting Theory. **The International Journal of Accounting**, v. 41, p. 1-21, 2006.

BADERTSCHER, B. A.; COLLINS, D. W.; LYS, T. Z. Discretionary accounting choices and the predictive ability of accruals with respect to future cash flows. **Journal of Accounting and Economics**, v. 53, p. 330-352, 2012.

BAIK, B. et al. Who classifies interest payments as financing activities? An analysis of classification shifting in the statement of cash flows at the adoption of IFRS. **J. Account. Public Policy**, <http://dx.doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2015.11.003>, 2015.

BARTH, M. E. Global comparability in financial reporting: what, why, how, and when? **China Journal of Accounting Studies**, v. 1, n. 1, p. 2-12, 2013.

BARTH, M. E. Measurement in financial reporting: the need for concepts. **Accounting Horizons**, v. 28, n. 2, p. 331-352, 2014.

BARTH, M. E. et al. Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? **Journal of Accounting and Economics**, v. 54, p. 68-93, 2012.

BELL, S. Do we really need a new ‘constructivist institutionalism’ to explain institutional change? **British Journal of Political Science**, v. 41, n. 4, p. 883-906, 2011.

BOWEN, R. M.; DUCHARME, L.; SHORES, D. Stakeholders' implicit claims and accounting method choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 20, p. 255-295, 1995.

BOWEN, R. M.; DUCHARME, L.; SHORES, D. Economic and industry determinants of accounting method choice. **Permanent Working Paper**, 1999. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=182888 Accessed in: 01 dez. 2014.

CARPENTER, V. L.; FERROZ, E. Institutional theory and accounting rule choice: an analysis of four US state governments' decisions to adopt generally accepted accounting principles. **Accounting, Organizations and Society**, v. 26, n. 7-8, p. 565-596, 2001.

CIESLEWICZ, J. K. Relationships between national economic culture, institutions, and accounting: Implications for IFRS. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, p. 511-528, 2014.

COASE, R. H. Accounting and the theory of the firm. **Journal of Accounting and Economics**, v. 12, p. 3-13, 1990.

COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. Determinants Influencing the IFRS Accounting Policy Choices of European Listed Companies. **Working Paper**, 2013. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2217498> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2217498> Accessed in: 01 dec. 2014.

COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. Determinants Influencing the de Facto comparability of European IFRS Listed Companies. **Working Paper**, 2011. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1967001>. Accessed in: em: 02 oct 2013.

COLLIN, S. Y. et al. Explaining the choice of accounting standards in municipal corporations: Positive Accounting Theory and Institutional Theory as competitive or concurrent theories. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, p. 141-174, 2009.

COSTA, F. M.; FREITAS, K. C. Escolhas contábeis na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil: direcionadores da aplicação do custo atribuído para ativos imobilizados. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3. p. 38-56, 2014.

COSTA, T. A.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 18, p. 25-36, 2013.

DIAS FILHO, J. M.; MACHADO, L. H. B. Abordagens da pesquisa em Contabilidade. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. pp. 15-68.

DILLARD, J.F.; RIGSBY, J.T.; GOODMAN, C. The making and remaking of organization context - Duality and the institutionalization process. **Accounting Auditing & Accountability Journal**, v. 17, n. 4, p. 506-542, 2004.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organization fields. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. pp. 63-82.

- DICHEV, I. D.; LI, F. Growth and accounting choice. **Australian Journal of Management**, v.38, n. 2, p. 221-252, 2013.
- FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.
- FRANCIS, J. Discussion of empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 309-319, 2001.
- GORDON, E. A. et al. Flexibility in Cash Flow Reporting Classification Choices under IFRS. **Working Paper**, 2013. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2439383>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- GUERREIRO, M. S.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal – Institutional logics and strategic responses. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, p. 482-499, 2012.
- HALLER, A.; WEHRFRITZ, M. The impact of national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: Evidence from Germany and the UK. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 22, p. 39-56, 2013.
- HOLTHAUSEN, R. W. Accounting Method Choice: opportunistic behavior, efficient contracting and information perspective. **Journal of Accounting and Economics**, v. 12, p. 207-281, 1990.
- HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R. W. The Economic consequences of accounting choice: implications of costly contracting e monitoring. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 77-117, 1983.
- HUNT III, H. G.; HOGLER, R. L. Corporate ownership and accounting choice: a critical analysis. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 1, p. 53-67, 1990.
- ISRAELI, D. Recognition versus disclosure: evidence from fair value of investment property. **Review of Accounting Studies**, v. 20, n. 4, p. 1457-1503, 2015.
- IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- JAAFAR, A.; MCLEAY, S. Country Effects and Sector Effects on the Harmonization of Accounting Policy Choice. **Abacus**, v. 43, n. 2, p. 156-189, 2007.
- LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção *versus* baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 58, p. 52-64, 2012.

LOURENÇO, I. C.; CURTO, J. D. Determinants of the Accounting Choice between Alternative Reporting Methods for Interests in Jointly Controlled Entities. **European Accounting Review**, v. 19, n. 4, p. 739-773, 2010.

MANGOS, N. C.; LEWIS, N. R. A socio-economic paradigm for analyzing managers' accounting choice behavior. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 1, p. 38-62, 1995.

MARTÍNEZ, J. A.; MARTÍNEZ, F. G.; DIAZARAQUE, J. M. M. Optional Accounting Criteria under IFRSs and Corporate Characteristics: evidence from Spain. **Revista de Contabilidad Spanish Accounting Review**, v. 14, n. 1, p. 59-85, 2011.

MISSIONIER-PIERA, F. Economic Determinants of Multiple Accounting Method Choices in a Swiss Context. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 15, n. 2, p. 118-144, 2004.

MURCIA, F. et al. Realização ou estorno da reserva de reavaliação: determinantes da escolha das companhias abertas no Brasil após o advento da Lei 11.638/2007. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 1, p.112-133, 2013.

NEU, D. The social construction of positive choice. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 3/4, p. 223-237, 1992.

NOBES, C. The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda. **Accounting and Business Research**, v. 36, n. 3, p. 233-245, 2006.

NOBES, C. The continued survival of international differences under IFRS. **Accounting and Business Research**, v. 43, n. 2, p. 83-111, 2013.

NOBES, C.; PERRAMON, J. Firm size and national profile of IFRS policy choice. **Australian Accounting Review**, v. 23, n. 66, p. 208-215, 2013.

NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3a ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, v. 16, p. 145-179, 1991.

PENNO, M.; SIMON, D. T. Accounting Choices: Public versus Private Firms. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 13, p. 561-569, 1986.

PINTO, M. J. T.; MARTINS, V. A.; SILVA, D. M. Escolhas contábeis: o caso brasileiro das propriedades para investimento. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 274-289, 2015.

QUAGLI, A.; AVALLONE, F. Fair Value or Cost Model? Drivers of Choice for IAS 40 in the Real Estate Industry. **European Accounting Review**, v. 19, n. 3, p. 461-493, 2010.

SCOTT, W. R. **Financial Accounting Theory**. 5a ed. Toronto: Pearson Prentice Hall, 2009.

SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. The organizational of societal sectors: propositions and early evidence. In Powell, W. W.; Dimaggio, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**, pp. 108-140. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

STADLER, C.; NOBES, C. W. The Influence of Country, Industry, and Topic Factors on IFRS Policy Choice. **Abacus**, v. 50, n. 4, p. 386-421, 2014.

SUNDER, S. **Teoria da Contabilidade e do Controle**. São Paulo, Atlas, 2014.

WATTS, R. L. Accounting Choice Theory and Market-Based Research in Accounting. **British Accounting Review**, v. 24, p. 235-267, 1992.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1986.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: a ten-year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990.

